



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

MINUTA DE EDITAL

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEs/EPPs

**PREGÃO ELETRÔNICO
SAO MATEUS CAMARA MUNICIPAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2026
Processo Administrativo nº 000463/2026
CIDADES: 2026.067L0200001.01.0001**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) **CÂMARA MUNICIPAL SÃO MATEUS/ES**, CNPJ 27.559.343/0001-47, por meio do(a) Setor de Licitações e Contratos, sediado(a) Avenida Jones dos Santos Neves, 40/70 - Bairro Centro, na cidade de São Mateus/ES - CEP 29930900, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 16/04/2026

Hora Inicial: 12:30 horas

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para organização e execução dos serviços, na realização de Sessão Solene da Câmara Municipal de São Mateus, englobando decoração temática do ambiente, apoio operacional durante o evento, serviço de músico para ambientação sonora, sonorização profissional adequada ao espaço, buffet completo para recepção dos convidados e ornamentação condizente com a solenidade. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei nº 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.18.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Portal de Compras Públicas e endereço eletrônico www.camarasaomateus.es.gov.br, na aba licitações.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
Estudo Técnico Preliminar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

Termo de Referência
Minuta do Contrato

São Mateus/ES, 31 de março de 2026

Wanderlei Segantini
Presidente

Pedro Jadir Bonna
Agente de Contratação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade viabilizar a realização de Sessão Solene da Câmara Municipal de São Mateus/ES, evento institucional de relevante interesse público, destinado à valorização de datas comemorativas, homenagens e reconhecimento de personalidades.

Para a adequada realização da solenidade, a realizar-se em 30 de abril de 2026, na sede da Universidade Vale do Cricaré, localizada no Bairro Forno Velho, faz-se necessário garantir infraestrutura, organização e execução de serviços especializados que assegurem a qualidade, formalidade e o êxito do evento, considerando o padrão exigido para cerimônias oficiais.

As Sessões Solenes constituem instrumentos formais de reconhecimento público, valorização de personalidades e celebração de datas comemorativas, promovendo a integração entre o Poder Legislativo e a sociedade. Nesse contexto, a realização do evento demanda estrutura compatível com sua relevância, assegurando organização, acessibilidade, conforto e qualidade na recepção dos convidados e autoridades.

A contratação de empresa especializada mostra-se necessária para garantir a execução eficiente e coordenada de todos os serviços envolvidos, incluindo decoração temática adequada ao caráter solene, apoio operacional, ambientação sonora com música, sonorização profissional e fornecimento de buffet, elementos essenciais para assegurar o êxito do evento e a adequada representação institucional.

Ademais, a solução pretendida contribui para a economicidade e eficiência administrativa, ao centralizar em um único contratado a responsabilidade pela organização e execução dos serviços, reduzindo riscos operacionais, retrabalho e falhas de coordenação.

Dessa forma, resta evidenciado o interesse público concreto na contratação, uma vez que a medida atende à finalidade institucional da Câmara Municipal, promove o fortalecimento das relações com a sociedade e assegura a realização de evento oficial com o padrão de qualidade compatível com sua importância.

2 – PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está alinhada com o planejamento institucional da Câmara Municipal, sendo compatível com as ações previstas no Plano de Contratações Anual (PCA), ou instrumento equivalente, voltadas à realização de eventos oficiais e institucionais.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

3 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

Decoração e Mobiliário

1 - Mobiliário no auditório: 02 mesas retangulares na área comum para os vereadores, com capacidade para até quatro pessoas cada; 01 mesa retangular longa no palco, destinada à Mesa Diretora, com capacidade para até doze pessoas; 01 mesa na área comum para disposição das 55 homenagens; e 01 mesa na área comum para acomodação das 55 flores.

2 - Mobiliário na sala de refeição: 4 mesas retangulares longas destinadas ao buffet, que permitam adequada circulação de pessoas e organização dos alimentos.

3 - Ornamentação: Toalhas longas de tecido na cor branca para todas as mesas. Cada mesa destinada para os vereadores e para a mesa diretora deverá receber um ornamento central composto por arranjos de rosas, esses arranjos obedeceram a um padrão de cores, que poderá ser escolhido entre as várias opções disponíveis.

4 - Recursos Humanos: Equipe uniformizada de recepção (mínimo de 02 pessoas), segurança privada não armada para controle de fluxo. Equipe uniformizada de no mínimo 03 garçons para servirem água para os vereadores e convidados durante a sessão no auditório e durante a refeição do buffet. Profissional técnico para operar o painel de LED já fornecido pelo local do evento. Brigadistas eventuais, pelo menos 2, conforme o item 5.2 da Norma Técnica 07/2023 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo.

5 - Sonorização e Música: O ambiente deverá contar com músico regional do gênero feminino para apresentação instrumental e MPB durante a recepção.

O sistema deverá conter, no mínimo:

a) Mínimo 02 (duas) caixas de som ativas de potência mínima 400 w, compatível com o ambiente, garantindo adequada cobertura sonora do plenário;

b) 01 (um) subwoofer ativo para reforço de frequências graves, especialmente para suporte a apresentações musicais ao vivo;

c) 01 (uma) mesa de som com no mínimo 08 (oito) canais, com capacidade de equalização e controle independente dos sinais de entrada; Microfones:

d) 04 (quatro) microfones de mesa com fio para utilização nas mesas do plenário, sendo: 01 (um) microfone em cada mesa de vereadores (totalizando 02 unidades); 02 (dois) microfones na mesa de autoridades;

e) 02 (dois) microfones sem fio destinados à utilização pelo orador e para eventuais participações durante a cerimônia.

Conectividade e cabeamento:

f) Cabeamento completo padrão profissional, incluindo cabos P10 e XLR, necessários para interligação de todos os equipamentos e atendimento às necessidades de sonorização, inclusive para apresentações musicais ao vivo previstas no evento.

Integração com transmissão ao vivo: O sistema deverá possuir saída auxiliar dedicada (AUX OUT), com sinal já devidamente mixado, destinada à alimentação direta do sistema de transmissão ao vivo pela internet, garantindo qualidade adequada de áudio para streaming. Todos os equipamentos deverão ser instalados e testados previamente ao início da sessão, garantindo pleno funcionamento durante toda a realização do evento.

ESPECIFICAÇÕES DO BUFFET

O serviço de buffet será dimensionado para 200 pessoas, priorizando a qualidade dos insumos e o rigor sanitário. O cardápio deverá ser servido de forma volante até os convidados e em ilhas, observando-se a demanda do evento.

A - Bebidas:

a1) Água de Coco – 80L



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- a2) Água Mineral (natural e gaseificada) – 100L
- a3) Coquetel de Frutas (suco concentrado sem álcool) – 40L
- a4) Refrigerantes (variados, incluindo linhas normais e zero açúcar) – 40L
- a5) Sucos Naturais (Laranja, Goiaba e Caju) – 50L
- B - Salgados Simples (Fritos e Assados):
 - b1) Bolinha de queijo com goiabada – 400 unidades
 - b2) Coxinha de Frango com catupiry – 400 unidades
 - b3) Croquete de Milho – 400 unidades
 - b4) Croquete de presunto e queijo – 400 unidades
 - b5) Pastel Assado de Camarão – 400 unidades
 - b6) Pastel de Carne e Frango – 400 unidades (metade de cada sabor)
 - b7) Quibe tradicional – 400 unidades
 - b8) Risole de Camarão – 400 unidades
- C - Iguarias:
 - c1) Canudinhos Recheados – 400 unidades
 - c2) Mini Esfirras – 300 unidades
 - c3) Mini Kibe Frito – 300 unidades
 - c4) Mini Quiche – 300 unidades
- D - Sobremesa (Bolo no Pote):
 - d1) Fornecimento de 200 unidades (100g cada);
 - d2) Sabores: Abacaxi com Coco, Brigadeiro, Ninho com Limão Siciliano e Ninho com Creme de Avelã.

Premissas utilizadas:

- a) Estimativa de público: 200 participantes
- b) Duração do evento: 03 a 04 horas
- c) Tipo de evento: Sessão Solene institucional
- d) Nível de serviço: médio a alto padrão, compatível com solenidade oficial

Metodologia de cálculo: A estimativa será elaborada com base em:

- a) Pesquisa de preços praticados no mercado regional;
- b) Contratações similares realizadas por órgãos públicos;
- c) Valores médios de fornecedores especializados em eventos institucionais;
- d) Cálculo per capita para o buffet;
- e) Dimensionamento proporcional da equipe de apoio.

4 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

O mercado apresenta ampla oferta de fornecedores, com soluções completas (turn-key). O buffet representa o maior impacto financeiro, podendo chegar a mais de 50% do custo total.

A contratação integrada é tendência predominante, especialmente para eventos públicos. Os preços variam conforme: Número de convidados; Nível de formalidade; Qualidade dos insumos e Localização (interior tende a ser mais barato que capitais)

Foram identificadas no mercado local empresas especializadas na prestação de serviços de organização de eventos, com capacidade técnica para atender à demanda.

Solução 1 – Execução direta pela Administração



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

Necessidade de aquisição/locação individual de todos os itens;
Falta de expertise técnica;
Alto risco de falhas operacionais.

Conclusão: Não recomendada.

Solução 2 – Contratações separadas (parcelamento)
Diversos contratos (buffet, som, decoração, músico);
Dificuldade de gestão e fiscalização;
Risco de incompatibilidade entre fornecedores.

Conclusão: Pouco eficiente.

Solução 3 – Contratação de empresa especializada (solução integrada)
Um único fornecedor responsável;
Padronização dos serviços;
Maior eficiência e controle.

A contratação integrada mostra-se mais vantajosa, pois: Reduz riscos de incompatibilidade entre serviços; Facilita a gestão contratual e Garante maior eficiência e padronização.

5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa a ser contratada deverá apresentar:

Requisitos Gerais

- a) Prestação de serviço integrada, contemplando planejamento, organização, execução e finalização do evento;
- b) Atendimento às normas de segurança, acessibilidade e qualidade aplicáveis a eventos institucionais;
- c) Compatibilidade com a natureza formal e solene do evento público;
- d) Execução dos serviços na data, horário e local previamente definidos pela Administração;
- e) Responsabilização integral da contratada por materiais, equipamentos, pessoal e logística.

Requisitos Técnicos dos Serviços

a) Decoração e Ornamentação

- a1) Elaboração de projeto de decoração temática compatível com a solenidade;
- a2) Fornecimento de arranjos florais, mobiliário decorativo, toalhas, painéis e itens ornamentais;
- a3) Montagem e desmontagem dentro dos prazos estabelecidos;
- a4) Padrão estético condizente com eventos oficiais institucionais.

b) Apoio Operacional

- b1) Disponibilização de equipe de apoio (recepcionistas, cerimonialistas, auxiliares);
- b2) Coordenação geral do evento;
- b3) Controle de acesso e orientação aos convidados;
- b4) Suporte durante toda a execução da solenidade.

c) Serviço de Músico/Ambientação Sonora

- c1) Disponibilização de músico(s) com experiência em eventos formais;
- c2) Repertório compatível com o caráter institucional;
- c3) Equipamentos próprios necessários à apresentação.

d) Sonorização Profissional

- d1) Sistema de som adequado ao porte do evento;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- d2) Microfones (com e sem fio), caixas acústicas, mesa de som e demais equipamentos;
- d3) Técnico responsável pela operação durante todo o evento;
- d4) Testes prévios para garantia da qualidade sonora.
- e) Buffet: Fornecimento de buffet completo para os convidados, incluindo:
 - e1) Salgados, doces, bebidas (não alcoólicas), coffee break ou coquetel;
 - e2) Materiais descartáveis ou louças, conforme padrão definido;
 - e3) Equipe de garçons e copeiros;
 - e4) Observância às normas sanitárias vigentes;
 - e5) Quantidade compatível com o número estimado de participantes.

Requisitos de Qualidade

- a) Utilização de materiais novos, em bom estado e adequados ao uso;
- b) Pontualidade na execução dos serviços;
- c) Padronização visual e operacional;
- d) Atendimento cortês e profissional por parte da equipe;
- e) Garantia de substituição imediata de itens defeituosos ou inadequados.

Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial (empresa individual) ou contrato/estatuto social atualizado;
- b) Documento de eleição dos administradores (quando aplicável);
- c) Inscrição no CNPJ.

Regularidade Fiscal e Trabalhista: Prova de regularidade com:

- a) Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União);
- b) Fazenda Estadual e Municipal;
- c) FGTS;
- d) Justiça do Trabalho (CNDT);

Certidões válidas na data da licitação.

Qualificação Técnica: Comprovação de aptidão mediante:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) Execução anterior de serviços compatíveis com o objeto (organização de eventos, fornecimento de buffet, sonorização, etc.);

Qualificação Econômico-Financeira (quando exigida)

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial;

6 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de valor deverá ser obtida por meio de: Pesquisa de preços com fornecedores; Contratações similares realizadas por outros órgãos e Painel de preços do Governo Federal, quando aplicável.

O valor estimado para a contratação será de R\$ 70.160,00 (setenta mil, cento e sessenta reais) compatível com os serviços a serem contratados, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público, garantindo a adequada realização da Sessão Solene.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação abrangerá o fornecimento integrado de todos os serviços, materiais, equipamentos e mão de obra necessários à plena execução do evento, caracterizando-se



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

como solução completa e unificada, apta a atender de forma eficiente e padronizada às demandas institucionais.

A solução contempla as seguintes etapas e componentes:

Planejamento e organização

A contratada será responsável pelo planejamento prévio do evento, incluindo: Levantamento das necessidades junto à Administração; Elaboração de cronograma físico-executivo; Definição do layout do ambiente e Coordenação geral das atividades.

Decoração e ambientação

Compreende: Criação e execução de decoração temática compatível com a solenidade; Ornamentação de mesa diretora, tribuna, recepção e demais espaços e Fornecimento de materiais decorativos de padrão institucional.

Apoio operacional

Inclui: Disponibilização de equipe de apoio (recepcionistas, auxiliares e coordenadores); Organização do fluxo de convidados e autoridades e Suporte durante todo o evento.

Sonorização profissional

Abrange: Fornecimento e instalação de sistema de som adequado ao espaço; Disponibilização de equipamentos (microfones, caixas acústicas, mesa de som, etc.) e Operação por profissional qualificado durante toda a solenidade.

Ambientação sonora

Compreende: Disponibilização de músico ou grupo musical; Execução de repertório compatível com o caráter institucional do evento e Adequação sonora ao ambiente e à programação.

Serviço de buffet

Inclui: Fornecimento de buffet completo para recepção dos convidados; Disponibilização de equipe de atendimento (garçons, copeiros, etc.); Fornecimento de utensílios, louças, toalhas e insumos e Atendimento às normas sanitárias vigentes.

Montagem e desmontagem

A contratada deverá: Realizar a montagem de toda a estrutura previamente ao evento; Garantir o acompanhamento durante a execução e Efetuar a desmontagem e limpeza ao final.

8 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Entretanto, no caso em análise, verifica-se que o parcelamento da contratação não se mostra adequado, pelas razões a seguir expostas:

A presente contratação tem por objeto a organização e execução integral de Sessão Solene da Câmara Municipal de São Mateus, contemplando serviços interdependentes e complementares, tais como decoração temática, apoio operacional, ambientação musical, sonorização profissional, buffet completo e ornamentação do espaço.

Tais serviços possuem natureza integrada e indissociável, devendo ser planejados e executados de forma coordenada por um único fornecedor, a fim de garantir a harmonia estética, a padronização da execução, a eficiência operacional e a qualidade do evento como um todo. A eventual divisão do objeto em múltiplos contratos poderia comprometer a unidade conceitual da solenidade, além de gerar dificuldades na gestão e fiscalização contratual.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

Ademais, o parcelamento implicaria em risco de descontinuidade na prestação dos serviços, conflitos de responsabilidade entre diferentes fornecedores, sobreposição de atividades, falhas de comunicação e aumento da probabilidade de inconformidades durante a execução do evento, que possui natureza pontual e demanda execução sincronizada.

Sob o aspecto econômico, a contratação unificada tende a ser mais vantajosa, pois possibilita ganhos de escala, otimização de recursos e redução de custos indiretos, como logística, deslocamento, montagem e coordenação entre equipes distintas.

Ressalta-se ainda que a gestão de múltiplos contratos acarretaria maior ônus administrativo à Administração, com aumento da complexidade na fiscalização, acompanhamento e eventual responsabilização de fornecedores, contrariando os princípios da eficiência e da economicidade.

Sendo assim, conclui-se que o não parcelamento do objeto é a medida mais adequada, por razões de ordem técnica e econômica, assegurando a execução eficiente, integrada e satisfatória do evento institucional.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa especializada para organização e execução dos serviços da Sessão Solene da Câmara Municipal de São Mateus tem como finalidade alcançar os seguintes resultados:

1. Realização de evento institucional com elevado padrão de qualidade: Garantir que a Sessão Solene ocorra de forma organizada, solene e compatível com a importância do ato oficial, refletindo a imagem institucional do Poder Legislativo.
2. Adequada ambientação e valorização do espaço: Proporcionar decoração temática e ornamentação compatíveis com a solenidade, assegurando um ambiente harmonioso, elegante e condizente com o caráter formal do evento.
3. Eficiência na execução e apoio operacional: Assegurar suporte técnico e operacional durante todo o evento, evitando falhas logísticas e garantindo fluidez na condução da cerimônia.
4. Qualidade na sonorização e ambientação musical: Disponibilizar sistema de sonorização profissional e serviço de músico para garantir clareza na comunicação, além de proporcionar ambientação sonora adequada e agradável aos presentes.
5. Atendimento qualificado aos convidados: Oferecer buffet completo, com qualidade e apresentação compatíveis com o evento, garantindo conforto, receptividade e satisfação dos participantes.
6. Padronização e profissionalização dos serviços: Centralizar a execução dos serviços em uma única empresa especializada, assegurando integração, padronização e maior controle sobre todas as etapas do evento.
7. Cumprimento dos requisitos legais e contratuais: Garantir que a empresa contratada atenda plenamente às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e de capacidade técnica, assegurando a regularidade da contratação.
8. Otimização de recursos públicos: Promover melhor relação custo-benefício por meio de planejamento adequado, evitando contratações fragmentadas e reduzindo riscos de retrabalho ou desperdício.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

9. Redução de riscos operacionais: Minimizar falhas na execução do evento por meio da contratação de empresa experiente, com capacidade técnica comprovada e equipe qualificada.

10. Satisfação dos participantes e fortalecimento institucional: Proporcionar uma experiência positiva aos homenageados, autoridades e convidados, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional da Câmara Municipal.

10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

- Definição do cronograma do evento;
- Designação de fiscal do contrato;
- Elaboração do Termo de Referência;
- Realização da pesquisa de preços;
- Acompanhamento da execução contratual.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas diretas, sendo a presente contratação suficiente para atender à necessidade.

12 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A realização da Sessão Solene pode gerar impactos ambientais relacionados principalmente à geração de resíduos sólidos, consumo de recursos naturais (água e energia), emissões atmosféricas, poluição sonora e desperdício de alimentos, além de impactos associados à montagem e desmontagem de estruturas temporárias.

Deverão ser adotadas boas práticas ambientais, tais como:

- a) Redução de desperdício de alimentos;
- b) Utilização de materiais recicláveis;
- c) Destinação adequada de resíduos;
- d) Preferência por fornecedores sustentáveis.
- e) Coleta seletiva obrigatória
- f) Utilização de descartáveis não recicláveis

13 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nos elementos apresentados, conclui-se que a contratação é **viável, necessária e adequada**, atendendo ao interesse público e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		ANÁLISE DO RISCO		
RISCO	EVENTO	Probabilidade	Impacto	Nível
R01	Atraso na montagem da estrutura	Média	Alto	Alto
R02	Não conformidade na decoração	Média	Médio	Médio



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

R03	Falha na sonorização	Baixa	Alto	Médio
R04	Ausência ou atraso de músico	Baixa	Médio	Baixo
R05	Problemas no serviço de buffet	Média	Alto	Alto
R06	Descumprimento de normas sanitárias	Baixa	Alto	Médio
R07	Falta de pessoal de apoio	Média	Médio	Médio
R08	Inexecução parcial do contrato	Baixa	Alto	Médio
R09	Problemas trabalhistas da contratada	Baixa	Médio	Baixo
R10	Irregularidade fiscal ou jurídica	Baixa	Alto	Médio
R11	Danos ao patrimônio público	Baixa	Médio	Baixo
R12	Cancelamento ou interrupção do	Baixa	Alto	Médio

RESPOSTA AO RISCO		ANÁLISE DO RISCO
RISCO	AÇÕES PREVENTIVAS	AÇÕES CONTIGÊNCIAS
R01	Cronograma detalhado e fiscalização prévia	Aplicação de penalidades e equipe de prontidão
R02	Aprovação prévia do layout	Ajustes imediatos no local
R03	estes técnicos antecipados	Equipamentos reserva
R04	Cláusula contratual com substituição	Profissional substituto imediato
R05	Exigência de padrões sanitários e amostras	Substituição ou reforço do serviço
R06	Verificação de licenças e inspeção	Suspensão do serviço irregular
R07	Definição mínima em contrato	Reforço emergencial
R08	Fiscalização contínua	Rescisão e penalidades
R09	Exigência de regularidade	Notificação e retenção de pagamentos
R10	Conferência rigorosa na habilitação	Inabilitação
R11	Orientação técnica e supervisão	Reparação pela contratada
R12	Planejamento e testes gerais	Plano alternativo simplificado

PROBABILIDADE	ALTA	MÉDIO	ALTO	ALTO
	MÉDIA	BAIXO	MÉDIO	ALTO
	BAIXA	BAIXO	BAIXO	MÉDIO
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
		IMPACTO		

NÍVEL DE ACEITAÇÃO DO RISCO	
Inaceitável	
Média Aceitação	
Aceitável	

14 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

Diante do que foi exposto, assinamos o presente Estudo Técnico Preliminar:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO

WANDERLEI SEGANTINI
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000007/2026 - 23/03/2026 - Processo Nº 000463/2026

Ítem	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00001	00000585	<p>SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS>> decoração e mobiliário mobiliário no auditório: 02 mesas retangulares, com 04 cadeiras, na área comum para os vereadores, 01 mesa retangular longa no palco, destinada à mesa diretora, com capacidade para até doze pessoas; 01 mesa na área comum para disposição das 55 placas de homenagens; e 01 mesa na área comum para acomodação das 55 flores. mobiliário na sala de refeição: 4 mesas retangulares longas destinadas ao buffet, que permitam adequada circulação de pessoas e organização dos alimentos. ornamentação: toalhas longas de tecido na cor branca para todas as mesas. a mesa destinada aos vereadores e para a mesa diretora deverá receber um ornamento central composta por arranjos de rosas, obedecendo um padrão de cores, que poderá ser escolhido entre as várias opções disponíveis. apoio operacional, sonorização e painel de led recursos humanos: equipe uniformizada de recepção (mínimo de 02 pessoas), segurança privada não armada para controle de fluxo, equipe uniformizada de no mínimo 03 garçons para servirem água para os vereadores e convidados durante a sessão no auditório e durante a refeição do buffet. profissional técnico para operar o painel de led já fornecido pelo local do evento. brigadistas eventuais, pelo menos 2, conforme o item 5.2 da norma técnica 07/2023 do corpo de bombeiros militar do estado do espírito santo. sonorização e música: o ambiente deverá contar com músico regional do gênero feminino para apresentação instrumental e mpb durante a recepção. sistema de sonorização completo para atendimento à sessão solene da câmara municipal, incluindo fornecimento, instalação, operação e desmontagem dos equipamentos necessários. o sistema deverá conter, no mínimo: mínimo 02 (duas) caixas de som ativas de potência mínima 400w, compatível com o ambiente, garantindo adequada cobertura sonora do plenário; 01 (um) subwoofer ativo para reforço de frequências graves, especialmente para suporte a apresentações musicais ao vivo; 01 (uma) mesa de som com no mínimo 08 (oito) canais, com capacidade de equalização e controle independente dos sinais de entrada; microfones: 04 (quatro) microfones de mesa com fio para utilização nas mesas do plenário, sendo: 01 (um) microfone em cada mesa de vereadores (totalizando 02 unidades); 02 (dois) microfones na mesa de autoridades; 02 (dois) microfones sem fio destinados à utilização pelo orador e para eventuais participações durante a cerimônia. conectividade e cabeamento: cabeamento completo padrão profissional, incluindo cabos p10 e xlr, necessários para interligação de todos os equipamentos e atendimento às necessidades de sonorização, inclusive para apresentações musicais ao vivo previstas no evento. integração com transmissão ao vivo: o sistema deverá possuir saída auxiliar dedicada (aux out), com sinal já devidamente mixado, destinada à alimentação direta do sistema de transmissão ao vivo pela internet, garantindo qualidade adequada de áudio para streaming. todos os equipamentos deverão ser instalados e testados previamente ao início da sessão, garantindo pleno funcionamento</p>	SERV	1,00	70.160,000	70.160,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000007/2026 - 23/03/2026 - Processo Nº 000463/2026

Ítem	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
			<p>durante toda a realização do evento.</p> <p>homenagem institucional: será entregue às homenageadas um arranjo floral composto por lírio natural, cuidadosamente acondicionado e envolvido em embalagem apropriada para presente, podendo ser papel especial ou embalagem transparente, garantindo proteção e boa apresentação. o conjunto será finalizado com fita adesiva decorativa para fixação e acabamento, assegurando organização, segurança e estética na entrega da homenagem.</p> <p>qualidade: todos os produtos e serviços devem observar as condições adequadas de conservação, os padrões de qualidade sanitários da anvisa, a compatibilidade técnica e estrutural com o ambiente para a realização do evento e as exigências técnicas estabelecidas pelo cbmes.</p> <p>o serviço de buffet será dimensionado para 200 pessoas, priorizando a qualidade dos insumos e o rigor sanitário. o cardápio deverá ser servido de forma volante até os convidados e em ilhas, observando-se a demanda do evento.</p> <p>bebidas:</p> <p>água de coco - 80 litros</p> <p>água mineral (natural e gaseificada) - 100 litros</p> <p>coquetel de frutas (suco concentrado sem álcool) - 40 litros</p> <p>refrigerantes (variados, incluindo linhas normais e zero açúcar) - 40 litros</p> <p>sucos naturais (laranja, goiaba e caju) - 50 litros</p> <p>taças de vidro mínimo 40 taças</p> <p>copos descartáveis</p> <p>guardanapo, observando-se a demanda do evento.</p> <p>salgados simples (fritos e assados):</p> <p>bolinha de queijo com goiabada - 400 unidades</p> <p>coxinha de frango com catupiry - 400 unidades</p> <p>croquete de milho - 400 unidades</p> <p>croquete de presunto e queijo - 400 unidades</p> <p>pastel assado de camarão - 400 unidades</p> <p>pastel de carne e frango - 400 unidades (metade de cada sabor)</p> <p>quibe tradicional - 400 unidades</p> <p>risole de camarão - 400 unidades</p> <p>iguarias:</p> <p>canudinhos recheados - 400 unidades</p> <p>mini esfirras - 300 unidades</p> <p>mini kibe frito - 300 unidades</p> <p>mini quiche - 300 unidades</p> <p>sobremesa (bolo no pote):</p> <p>fornecimento de 200 unidades (100g cada);</p> <p>sabores: abacaxi com coco, brigadeiro, ninho com limão siciliano e ninho com creme de avelã.</p>				

70.160,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES



Número/Ano	000010 / 2026 - 05/03/2026
Secretaria	DIRETORIA GERAL
Local/Setor	DIRETORIA GERAL
Requerente	MARIA APARECIDA DA SILVA CARDOZO
Justificativa	Contratação de empresa especializada para organização e execução dos serviços, na realização de Sessão Solene, para 200 (duzentas) pessoas, alusiva ao Dia Internacional da Mulher, englobando decoração temática do ambiente, apoio operacional durante o evento, serviço de músico para ambientação sonora, sonorização profissional adequada ao espaço, buffet completo para recepção dos convidados e ornamentação condizente com a solenidade.

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00001	00000585	<p>SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS>> decoração e mobiliário mobiliário no auditório: 02 mesas retangulares, com 04 cadeiras, na área comum para os vereadores, 01 mesa retangular longa no palco, destinada à mesa diretora, com capacidade para até doze pessoas; 01 mesa na área comum para disposição das 55 placas de homenagens; e 01 mesa na área comum para acomodação das 55 flores. mobiliário na sala de refeição: 4 mesas retangulares longas destinadas ao buffet, que permitam adequada circulação de pessoas e organização dos alimentos. ornamentação: toalhas longas de tecido na cor branca para todas as mesas. a mesa destinada aos vereadores e para a mesa diretora deverá receber um ornamento central composta por arranjos de rosas, obedecendo um padrão de cores, que poderá ser escolhido entre as várias opções disponíveis. apoio operacional, sonorização e painel de led recursos humanos: equipe uniformizada de recepção (mínimo de 02 pessoas), segurança privada não armada para controle de fluxo, equipe uniformizada de no mínimo 03 garçons para servirem água para os vereadores e convidados durante a sessão no auditório e durante a refeição do buffet. profissional técnico para operar o painel de led já fornecido pelo local do evento. brigadistas eventuais, pelo menos 2, conforme o item 5.2 da norma técnica 07/2023 do corpo de bombeiros militar do estado do espírito santo. sonorização e música: o ambiente deverá contar com músico regional do gênero feminino para apresentação instrumental e mpb durante a recepção. sistema de sonorização completo para atendimento à sessão solene da câmara municipal, incluindo fornecimento, instalação, operação e desmontagem dos equipamentos necessários. o sistema deverá conter, no mínimo: mínimo 02 (duas) caixas de som ativas de potência mínima 400w, compatível com o ambiente, garantindo adequada cobertura sonora do plenário; 01 (um) subwoofer ativo para reforço de frequências graves, especialmente para suporte a apresentações musicais ao vivo; 01 (uma) mesa de som com no mínimo 08 (oito) canais, com capacidade de equalização e controle independente dos sinais de entrada; microfones: 04 (quatro) microfones de mesa com fio para utilização nas mesas do plenário, sendo: 01 (um) microfone em cada mesa de vereadores (totalizando 02 unidades); 02 (dois) microfones na mesa de autoridades; 02 (dois) microfones sem fio destinados à utilização pelo orador e para eventuais participações</p>	SERV	1,00		



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES



Número/Ano	000010 / 2026 - 05/03/2026
Secretaria	DIRETORIA GERAL
Local/Setor	DIRETORIA GERAL
Requerente	MARIA APARECIDA DA SILVA CARDOZO
Justificativa	Contratação de empresa especializada para organização e execução dos serviços, na realização de Sessão Solene, para 200 (duzentas) pessoas, alusiva ao Dia Internacional da Mulher, englobando decoração temática do ambiente, apoio operacional durante o evento, serviço de músico para ambientação sonora, sonorização profissional adequada ao espaço, buffet completo para recepção dos convidados e ornamentação condizente com a solenidade.

durante a cerimônia.

conectividade e cabeamento:
cabeamento completo padrão profissional, incluindo cabos p10 e xlr, necessários para interligação de todos os equipamentos e atendimento às necessidades de sonorização, inclusive para apresentações musicais ao vivo previstas no evento.

integração com transmissão ao vivo:
o sistema deverá possuir saída auxiliar dedicada (aux out), com sinal já devidamente mixado, destinada à alimentação direta do sistema de transmissão ao vivo pela internet, garantindo qualidade adequada de áudio para streaming.

todos os equipamentos deverão ser instalados e testados previamente ao início da sessão, garantindo pleno funcionamento durante toda a realização do evento.

homenagem institucional: será entregue às homenageadas um arranjo floral composto por lírio natural, cuidadosamente acondicionado e envolvido em embalagem apropriada para presente, podendo ser papel especial ou embalagem transparente, garantindo proteção e boa apresentação. o conjunto será finalizado com fita adesiva decorativa para fixação e acabamento, assegurando organização, segurança e estética na entrega da homenagem.

qualidade: todos os produtos e serviços devem observar as condições adequadas de conservação, os padrões de qualidade sanitários da anvisa, a compatibilidade técnica e estrutural com o ambiente para a realização do evento e as exigências técnicas estabelecidas pelo cbmes.

o serviço de buffet será dimensionado para 200 pessoas, priorizando a qualidade dos insumos e o rigor sanitário. o cardápio deverá ser servido de forma volante até os convidados e em ilhas, observando-se a demanda do evento.

bebidas:
água de coco - 80 litros
água mineral (natural e gaseificada) - 100 litros
coquetel de frutas (suco concentrado sem álcool) - 40 litros
refrigerantes (variados, incluindo linhas normais e zero açúcar) - 40 litros
sucos naturais (laranja, goiaba e caju) - 50 litros
taças de vidro mínimo 40 taças
copos descartáveis
guardanapo, observando-se a demanda do evento.

salgados simples (fritos e assados):
bolinha de queijo com goiabada - 400 unidades
coxinha de frango com catupiry - 400 unidades
croquete de milho - 400 unidades
croquete de presunto e queijo - 400 unidades
pastel assado de camarão - 400 unidades
pastel de carne e frango - 400 unidades (metade de cada



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES



<i>Número/Ano</i>	000010 / 2026 - 05/03/2026
<i>Secretaria</i>	DIRETORIA GERAL
<i>Local/Setor</i>	DIRETORIA GERAL
<i>Requerente</i>	MARIA APARECIDA DA SILVA CARDOZO
<i>Justificativa</i>	Contratação de empresa especializada para organização e execução dos serviços, na realização de Sessão Solene, para 200 (duzentas) pessoas, alusiva ao Dia Internacional da Mulher, englobando decoração temática do ambiente, apoio operacional durante o evento, serviço de músico para ambientação sonora, sonorização profissional adequada ao espaço, buffet completo para recepção dos convidados e ornamentação condizente com a solenidade.

sabor)
quibe tradicional - 400 unidades
risole de camarão - 400 unidades
iguarias:
canudinhos recheados - 400 unidades
mini esfirras - 300 unidades
mini kibe frito - 300 unidades
mini quiche - 300 unidades
sobremesa (bolo no pote):
fornecimento de 200 unidades (100g cada);
sabores: abacaxi com coco, brigadeiro, ninho com limão siciliano e ninho com creme de avelã.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para organização e execução dos serviços, na realização de Sessão Solene da Câmara Municipal de São Mateus, englobando decoração temática do ambiente, apoio operacional durante o evento, serviço de músico para ambientação sonora, sonorização profissional adequada ao espaço, buffet completo para recepção dos convidados e ornamentação condizente com a solenidade.

2. Descrição Detalhada: Conforme documento anexo.

3. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A empresa a ser contratada deverá:

- a) Prestar os serviços de forma integrada, contemplando planejamento, organização, execução e finalização do evento;
- b) Atender às normas de segurança, acessibilidade e qualidade aplicáveis a eventos institucionais;
- c) Compatibilidade com a natureza formal e solene do evento público;
- d) Executar os serviços na data, horário e local previamente definidos pela Administração;
- e) Responsabilizar-se integralmente pelos materiais, equipamentos, pessoal e logística.

Habilitação Jurídica

- a) Registro comercial (empresa individual) ou contrato/estatuto social atualizado;
- b) Documento de eleição dos administradores (quando aplicável);
- c) Inscrição no CNPJ.

Regularidade Fiscal e Trabalhista: Prova de regularidade com:

- a) Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União);
- b) Fazenda Estadual e Municipal;
- c) FGTS;
- d) Justiça do Trabalho (CNDT);

Certidões válidas na data da licitação.

Qualificação Técnica: Comprovação de aptidão mediante:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) Execução anterior de serviços compatíveis com o objeto (organização de eventos, fornecimento de buffet, sonorização, etc.);

Qualificação Econômico-Financeira (quando exigida)

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial;

Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- 7.1.** Os serviços, objeto deste Termo de Referência deverá ser executado no dia 30 de abril de 2026, na sede da Universidade Vale do Cricaré, localizada no Bairro Forno Velho, na quantidade requisitada.
- 7.2.** O prazo para entrega do objeto licitado é de duas horas que antecederem a realização do evento.
- 7.3.** Poderá ser exigido que seja refeito e/ou substituído qualquer parte do objeto licitado, caso este tenha sido executado com imperícia técnica ou em desacordo com as Normas e Especificações Técnicas.
- 7.4.** O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente em até 02 (dois) dias úteis após a finalização do objeto licitado, uma vez verificada a satisfação mediante termo de recebimento definitivo.
- 7.5.** Caso não seja possível o fornecimento na data estipulada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 7.6.** A contratada se responsabilizará por todas as despesas referentes à mão de obra, transporte/frete e encargos trabalhistas.
- 7.7.** Havendo rejeição do objeto licitado, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições estabelecidas para a prestação.
- 7.8.** Na impossibilidade de ser refeito o objeto licitado rejeitado, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 7.9.** Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.
- 7.10.** A contratada será responsável por efetuar, a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia e sem ônus para a contratante, a substituição do item licitado deste Termo de Referência, quando o mesmo apresentar imperfeições.
- 7.11.** A contratada deverá oferecer suporte técnico e garantia sobre a qualidade do objeto licitado para realização do serviço, com as devidas orientações.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

Recebimento

- 8.1.** Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2.** Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

Prazo para Pagamento

8.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa exclusiva da contratante, o pagamento será efetuado com atualização financeira, calculada de acordo com a taxa SELIC, após 60 (sessenta) dias do vencimento do documento fiscal.

Forma de Pagamento

8.13. O pagamento será efetuado por meio de transferência eletrônica (TEV, TED ou DOC) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando for o caso.

8.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste:

8.18. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando a proposta do licitante

8.19. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

8.20. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.21. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.22. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.23. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.24. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.25. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica.

Forma de julgamento da proposta

9.2. O critério de julgamento adotado será o de Menor Preço Global, pois se trata de um fornecimento padronizado, cuja principal variável de decisão é o valor oferecido pelo licitante, desde que atendidas todas as especificações do Termo de Referência.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será em forma única, mediante solicitação formal enviada à contratada. O prazo máximo para cada entrega será de duas horas, que antecederem a realização do evento, a partir da solicitação.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivada na Junta Comercial ou inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

9.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital ou municipal/distrital, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do fornecedor;

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do fornecedor;

f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

9.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual/distrital ou municipal/distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.7. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação técnica

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Identificação da empresa ou órgão contratante, bem como da empresa contratada, ambas com sua razão social, número do CNPJ e endereço;

Descrição dos serviços que foram realizados;

Período de execução dos serviços;

Assinatura do responsável legal.

a2) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a3) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é o valor encontrado no quadro de prévias anexas ao processo licitatório.

10.2. O valor estimado para a aquisição dos produtos/serviços, considerando os quantitativos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

máximos previstos, é de R\$ 70.160,00 (setenta mil, cento e sessenta reais), podendo sofrer variações conforme a efetiva demanda e os preços obtidos no certame licitatório.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de São Mateus/ES.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**001010.0103100012.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO -
3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - Ficha - 00013 -
Fonte de Recurso - 150000000000**

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Diante do que foi exposto, assinamos o presente Termo de Referência:

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO

WANDERLEI SEGANTINI
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000007/2026 - 23/03/2026 - Processo Nº 000463/2026

Ítem	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00001	00000585	<p>SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS>> decoração e mobiliário mobiliário no auditório: 02 mesas retangulares, com 04 cadeiras, na área comum para os vereadores, 01 mesa retangular longa no palco, destinada à mesa diretora, com capacidade para até doze pessoas; 01 mesa na área comum para disposição das 55 placas de homenagens; e 01 mesa na área comum para acomodação das 55 flores. mobiliário na sala de refeição: 4 mesas retangulares longas destinadas ao buffet, que permitam adequada circulação de pessoas e organização dos alimentos. ornamentação: toalhas longas de tecido na cor branca para todas as mesas. a mesa destinada aos vereadores e para a mesa diretora deverá receber um ornamento central composta por arranjos de rosas, obedecendo um padrão de cores, que poderá ser escolhido entre as várias opções disponíveis. apoio operacional, sonorização e painel de led recursos humanos: equipe uniformizada de recepção (mínimo de 02 pessoas), segurança privada não armada para controle de fluxo, equipe uniformizada de no mínimo 03 garçons para servirem água para os vereadores e convidados durante a sessão no auditório e durante a refeição do buffet. profissional técnico para operar o painel de led já fornecido pelo local do evento. brigadistas eventuais, pelo menos 2, conforme o item 5.2 da norma técnica 07/2023 do corpo de bombeiros militar do estado do espírito santo. sonorização e música: o ambiente deverá contar com músico regional do gênero feminino para apresentação instrumental e mpb durante a recepção. sistema de sonorização completo para atendimento à sessão solene da câmara municipal, incluindo fornecimento, instalação, operação e desmontagem dos equipamentos necessários. o sistema deverá conter, no mínimo: mínimo 02 (duas) caixas de som ativas de potência mínima 400w, compatível com o ambiente, garantindo adequada cobertura sonora do plenário; 01 (um) subwoofer ativo para reforço de frequências graves, especialmente para suporte a apresentações musicais ao vivo; 01 (uma) mesa de som com no mínimo 08 (oito) canais, com capacidade de equalização e controle independente dos sinais de entrada; microfones: 04 (quatro) microfones de mesa com fio para utilização nas mesas do plenário, sendo: 01 (um) microfone em cada mesa de vereadores (totalizando 02 unidades); 02 (dois) microfones na mesa de autoridades; 02 (dois) microfones sem fio destinados à utilização pelo orador e para eventuais participações durante a cerimônia. conectividade e cabeamento: cabeamento completo padrão profissional, incluindo cabos p10 e xlr, necessários para interligação de todos os equipamentos e atendimento às necessidades de sonorização, inclusive para apresentações musicais ao vivo previstas no evento. integração com transmissão ao vivo: o sistema deverá possuir saída auxiliar dedicada (aux out), com sinal já devidamente mixado, destinada à alimentação direta do sistema de transmissão ao vivo pela internet, garantindo qualidade adequada de áudio para streaming. todos os equipamentos deverão ser instalados e testados previamente ao início da sessão, garantindo pleno funcionamento</p>	SERV	1,00	70.160,000	70.160,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000007/2026 - 23/03/2026 - Processo Nº 000463/2026

Ítem	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
			<p>durante toda a realização do evento.</p> <p>homenagem institucional: será entregue às homenageadas um arranjo floral composto por lírio natural, cuidadosamente acondicionado e envolvido em embalagem apropriada para presente, podendo ser papel especial ou embalagem transparente, garantindo proteção e boa apresentação. o conjunto será finalizado com fita adesiva decorativa para fixação e acabamento, assegurando organização, segurança e estética na entrega da homenagem.</p> <p>qualidade: todos os produtos e serviços devem observar as condições adequadas de conservação, os padrões de qualidade sanitários da anvisa, a compatibilidade técnica e estrutural com o ambiente para a realização do evento e as exigências técnicas estabelecidas pelo cbmes.</p> <p>o serviço de buffet será dimensionado para 200 pessoas, priorizando a qualidade dos insumos e o rigor sanitário. o cardápio deverá ser servido de forma volante até os convidados e em ilhas, observando-se a demanda do evento.</p> <p>bebidas:</p> <p>água de coco - 80 litros</p> <p>água mineral (natural e gaseificada) - 100 litros</p> <p>coquetel de frutas (suco concentrado sem álcool) - 40 litros</p> <p>refrigerantes (variados, incluindo linhas normais e zero açúcar) - 40 litros</p> <p>sucos naturais (laranja, goiaba e caju) - 50 litros</p> <p>taças de vidro mínimo 40 taças</p> <p>copos descartáveis</p> <p>guardanapo, observando-se a demanda do evento.</p> <p>salgados simples (fritos e assados):</p> <p>bolinha de queijo com goiabada - 400 unidades</p> <p>coxinha de frango com catupiry - 400 unidades</p> <p>croquete de milho - 400 unidades</p> <p>croquete de presunto e queijo - 400 unidades</p> <p>pastel assado de camarão - 400 unidades</p> <p>pastel de carne e frango - 400 unidades (metade de cada sabor)</p> <p>quibe tradicional - 400 unidades</p> <p>risole de camarão - 400 unidades</p> <p>iguarias:</p> <p>canudinhos recheados - 400 unidades</p> <p>mini esfirras - 300 unidades</p> <p>mini kibe frito - 300 unidades</p> <p>mini quiche - 300 unidades</p> <p>sobremesa (bolo no pote):</p> <p>fornecimento de 200 unidades (100g cada);</p> <p>sabores: abacaxi com coco, brigadeiro, ninho com limão siciliano e ninho com creme de avelã.</p>				

70.160,00



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES
Processo Administrativo nº 000463/2026
CIDADES: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS (ES)**, POR INTERMÉDIO DO PRESENTE INSTRUMENTO E A **EMPRESA**.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS (ES), com sede no(a) Avenida Jones dos Santos Neves, 40/70 – Centro – São Mateus (ES), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 27.559.343/0001-47, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado (a) por seu Presidente, **WANDERLEI SEGANTINI**, inscrito no CPF nº XXX.430.387-XX, e o (a) empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado (a) por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX** conforme **atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos** autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 000463/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 0000X/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de organização e execução dos serviços, na realização de Sessão Solene, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação: Contratação de empresa especializada para organização e execução dos serviços, na realização de Sessão Solene da Câmara Municipal de São Mateus, englobando decoração temática do ambiente, apoio operacional durante o evento, serviço de músico para ambientação sonora, sonorização profissional adequada ao espaço, buffet completo para recepção dos convidados e ornamentação condizente com a solenidade, conforme relatório anexo contendo as especificações do objeto contratado.
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do Contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias** contados do(a) **data inicial da vigência**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos. [utilizar em contrato de valor estimado].

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.9. Cientificar o setor de representação judicial do órgão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.10.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas na Minuta do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e;

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de São Mateus/ES.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

001010.0103100012.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - Ficha - 00013 - Fonte de Recurso - 15000000000

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da cidade de São Mateus/ES, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

São Mateus-ES, xx de xxxxxxxx de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS - CONTRATANTE
WANDERLEI SEGANTINI – PRESIDENTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - REPRESENTANTE LEGAL